

QUESTIONÁRIO DESTINADO AO COMISSÁRIO INDIGITADO**Glenn MICALLEF****Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? De que forma vai contribuir para a aplicação das orientações políticas da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género em todas os domínios políticos que se inserem no âmbito da sua pasta? Como prevê aplicar a integração da perspectiva da juventude?

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Sinto-me muito honrado por ter sido indigitado pela presidente eleita Ursula von der Leyen para o cargo de comissário responsável pela recentemente criada pasta da Equidade Intergeracional, Juventude, Cultura e Desporto. Considero que esta pasta é um investimento estratégico no futuro da UE, na democracia e no bem-estar, proporcionando benefícios tangíveis aos cidadãos e dando-lhes os meios para alcançar plenamente o seu potencial.

Acredito que as minhas qualificações e a minha experiência me tornam apto para promover o interesse geral europeu. A minha paixão pelo projeto da UE surgiu quando fui estagiário no Parlamento Europeu e, desde então, ocupei vários cargos relacionados com a UE, incluindo diretor-geral do Departamento de Coordenação dos Assuntos Europeus (2018-2020), chefe do secretariado do primeiro-ministro (2020-2024) e xerpa do primeiro-ministro e conselheiro para os Assuntos Europeus (2020-2024).

Em virtude das funções que já desempenhei, especialmente os meus cargos mais recentes, que me permitiram participar em todos os debates do Conselho de Ministros dos últimos quatro anos, deparei-me já com vários dos desafios atualmente enfrentados pelos setores pertencentes à pasta que me foi atribuída na qualidade de comissário indigitado. Além disso, estou ciente das muitas oportunidades nestes domínios.

Também participei ativamente em organizações juvenis, desportivas e culturais, tanto a nível local como nacional e internacional. Fui presidente do conselho e membro da Fundação da Concatedral de São João, vice-presidente de um clube de futebol local, vice-presidente e secretário internacional da Juventude Trabalhista (Malta), presidente da União de Estudantes Socialistas e membro da Comissão de Controlo da União Internacional da Juventude Socialista. Acredito que estas experiências práticas me permitiram vivenciar no terreno os domínios abrangidos pela pasta que me foi atribuída e me ensinaram lições inestimáveis, das quais se destaca o papel crucial desempenhado pelos voluntários e por outras partes envolvidas nestes setores. aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e o Conselho a fim de tirar partido das muitas oportunidades existentes em cada um dos setores da pasta que me foi confiada.

Se a minha indigitação for confirmada, o apoio às pessoas, o reforço da nossa sociedade e do nosso modelo social estarão no cerne do meu trabalho para promover a equidade intergeracional na Europa. Para cumprir esta tarefa, continuarei a trabalhar no sentido de incentivar ainda mais as crianças e os jovens da Europa a tornarem-se agentes de mudança, capacitando-os para que possam fazer a diferença em termos de sustentabilidade e solidariedade intergeracional, e de preparar uma estratégia abrangente de equidade intergeracional que tenha plenamente em conta o impacto das decisões de hoje nas gerações futuras, bem como os contributos de todos os grupos etários. A criação e implementação do Conselho Consultivo da Presidente sobre a Juventude e dos Diálogos anuais sobre a Política de Juventude com os membros do colégio, cujos resultados servirão naturalmente de base à estratégia de equidade intergeracional, serão realizações fundamentais. aguardo com expectativa dar começo aos referidos

diálogos com a juventude nos primeiros 100 dias do meu mandato e trabalharei em estreita colaboração com os meus colegas comissários para apoiar a organização dos seus próprios diálogos. Se a minha indigitação for confirmada, assegurarei a integração transversal das questões relacionadas com a juventude, nomeadamente através da criação de uma «avaliação da perspetiva dos jovens», a aplicar a uma série de iniciativas da Comissão com relevância significativa para a juventude.

A cultura desempenha um papel crucial na União Europeia. O nosso tecido cultural rico e diverso é um bem público que melhora a qualidade de vida e a saúde mental dos nossos cidadãos, promovendo simultaneamente um sentimento de pertença. Além disso, contribui para a nossa economia, para a prosperidade sustentável da Europa e para a sua competitividade. O ponto de partida do nosso trabalho neste domínio será a Bússola Cultural, que é a nossa visão para o setor durante o próximo mandato e mais além.

Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei num espírito de plena colaboração com a presidente e com todos os membros do colégio, a fim de assegurar que as orientações políticas e as responsabilidades coletivas do colégio para com os cidadãos da UE sejam aplicadas na íntegra e de forma atempada.

A UE está empenhada em garantir a igualdade de género em todas as políticas, como consagrado nos Tratados da UE e na Carta dos Direitos Fundamentais. Se a minha indigitação for confirmada, comprometo-me a defender a integração transversal da perspetiva de género nos vários domínios políticos da minha pasta. Irei abordar as disparidades de género, promover a igualdade e o respeito mútuo e fomentar a igualdade de género através de diplomacia cultural internacional e de diplomacia desportiva. Implementarei igualmente a Estratégia da UE para a Juventude a fim de combater as desigualdades combinadas de género e idade. No que diz respeito aos programas sob a minha responsabilidade, estou empenhado em assegurar que estes instrumentos incluam sempre uma forte dimensão de inclusão social e de género.

Estou ciente de que é exigido o mais elevado grau de independência no exercício das funções de membro do Colégio de Comissários, nos termos do artigo 17.º, n.º 3, do TUE e do artigo 245.º do TFUE, bem como do Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia. Durante a minha carreira na administração pública, mantive uma independência rigorosa em relação a qualquer outra posição que ocupei. No exercício das minhas funções, guiei-me exclusivamente pelo interesse público geral, respeitando escrupulosamente todas as normas e procedimentos aplicáveis. Comprometo-me plenamente a manter estes padrões éticos de independência, integridade profissional e interesse geral. Atuarei apenas no interesse público europeu, não aceitarei nem solicitarei instruções de qualquer governo ou outra instituição, órgão ou organismo, e honrarei o Código de Conduta dos Membros da Comissão Europeia, nomeadamente as disposições sobre conflitos de interesses. Sublinho igualmente que não existe qualquer fonte de potencial conflito de interesses no que diz respeito aos domínios políticos que me são atribuídos.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

Pode comprometer-se a informar devidamente o Parlamento sobre as suas ações e as dos seus serviços? Em que medida se considera responsável perante o Parlamento?

Que compromissos específicos está disposto a assumir quanto à sua colaboração com o Parlamento e à sua presença na instituição, tanto em comissão como em sessão plenária, à transparência, à cooperação e ao seguimento eficaz das posições e dos pedidos de iniciativas legislativas do Parlamento? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento informações e documentos em tempo útil em pé de igualdade com o Conselho?

Acredito firmemente no poder do diálogo. Em todas as funções que desempenhei, fiz minha a missão de dialogar de forma significativa com os meus homólogos e parceiros em todos os domínios, a fim de alcançar objetivos comuns. É exatamente com esta mentalidade que, se for nomeado, colaborarei com o Parlamento Europeu durante todo o meu mandato.

Estabelecerei canais de comunicação regulares e estruturados com os presidentes, vice-presidentes e coordenadores da comissão responsável e disponibilizar-me-ei sistematicamente para reunir com os Senhores Deputados, enquanto interlocutores essenciais. Comprometo-me a manter um canal de comunicação aberto com a Comissão CULT e a realizar reuniões regulares com a comissão. Será também um prazer participar nos debates em sessão plenária no Parlamento sobre temas no âmbito da minha pasta.

Evidentemente, isto significa também que aguardo com expectativa a oportunidade de participar regularmente nas reuniões da Comissão CULT e que estarei disponível para dar resposta a quaisquer pedidos do Parlamento Europeu

para debater temas no âmbito da minha pasta, no formato mais adequado, tal como estabelecido nas orientações políticas para 2024-2029 da presidente eleita Ursula von der Leyen. Como também está estabelecido nas orientações políticas, comprometo-me a apresentar um relatório anual de progresso à Comissão CULT e à formação do Conselho para a Educação, Juventude, Cultura e Desporto, centrado na equidade intergeracional, na juventude, na cultura e no desporto. Estabelecerei também procedimentos internos específicos entre o meu futuro gabinete e os serviços a fim de garantir que todas as resoluções, perguntas e petições parlamentares sobre temas sob a minha responsabilidade obtenham uma resposta em tempo útil.

Se a minha indigitação for confirmada, respeitarei, nos meus contactos com os deputados ao Parlamento Europeu, o Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, de 2010, e o Acordo Interinstitucional sobre Legislar Melhor, de 2016. Apoio a revisão do Acordo-Quadro de 2010 e a renovação do Acordo de 2016 sobre Legislar Melhor, tal como descrito nas orientações políticas para 2024-2029, e trabalharei em estreita colaboração com os comissários responsáveis.

Comprometo-me igualmente a colaborar de forma construtiva com o Parlamento Europeu no âmbito do artigo 225.º do TFUE, nomeadamente através da participação em diálogos estruturados com a Comissão CULT. A este propósito, remeto para o compromisso assumido pela presidente eleita Ursula von der Leyen nas orientações políticas para 2024-2029 de dar resposta a essas resoluções com um ato legislativo, quando assim solicitado, respeitando os princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e de Legislar Melhor.

O reforço da parceria especial entre o Parlamento Europeu e a Comissão e a transparência no processo de elaboração de políticas são dois pilares fundamentais da concretização de políticas eficazes. Além disso, são essenciais para aumentar a confiança dos cidadãos no projeto europeu.

Reconheço plenamente a importância da igualdade de acesso à informação para os legisladores.

Sublinho que não existe qualquer fonte de potencial conflito de interesses no que diz respeito aos domínios políticos que me são atribuídos.

Perguntas da Comissão da Cultura e da Educação

3. Qual é a sua perspetiva para o futuro da política de juventude da UE, tanto do ponto de vista das prioridades estratégicas como dos recursos orçamentais da UE disponíveis? Em especial, de que modo tenciona assegurar que o seguimento dado ao Ano Europeu da Juventude, a aplicação da «avaliação da perspetiva dos jovens» e a coordenação dos Diálogos anuais sobre a Política de Juventude funcionem eficazmente na prática? Adicionalmente, como tenciona garantir que as exigências concretas e a participação dos jovens continuem a ser tidas em conta ao longo dos próximos cinco anos, tanto no que diz respeito à elaboração de políticas como aos processos decisórios? Que outras medidas tenciona tomar para assegurar que a integração da perspetiva dos jovens e a participação dos jovens tanto na vida democrática como numa futura estratégia de equidade intergeracional se concretizem?

A presidente Ursula von der Leyen assumiu claramente o compromisso de conferir aos jovens mais liberdade e responsabilidades nas nossas sociedades e democracias. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei incansavelmente com todas as partes interessadas para alcançar este objetivo. A minha prioridade será reforçar ainda mais a participação dos jovens na vida democrática e garantir que os seus pontos de vista são tidos em conta na elaboração de políticas, através da instauração de práticas de integração da perspetiva da juventude em toda a Comissão. Estou totalmente empenhado em garantir que o Ano Europeu da Juventude 2022 tem um legado significativo e duradouro e apoiarei cada membro do colégio na organização dos Diálogos anuais sobre a Política de Juventude, o primeiro dos quais terá lugar nos primeiros 100 dias. Através destes diálogos, poderemos recolher as opiniões dos jovens e integrá-las na definição das políticas da UE, promovendo uma abordagem mais inclusiva e reativa, conseguindo em simultâneo promover os nossos valores fundamentais.

Os diálogos complementarão a «avaliação da perspetiva dos jovens», que a Comissão aplicará a partir de 2025, a fim de assegurar que os pontos de vista dos jovens são tidos em conta na preparação das iniciativas políticas mais relevantes para a juventude. Estas iniciativas demonstram o empenho da Comissão em valorizar as ideias dos jovens, tal como solicitado no âmbito do Diálogo da UE com a Juventude e de outras iniciativas lideradas por jovens. Estou empenhado em trabalhar na implementação da «avaliação da perspetiva dos jovens» e em que essa implementação seja bem-sucedida. Através desta «avaliação da perspetiva dos jovens», a Comissão selecionará as principais iniciativas relevantes do seu programa de trabalho anual quanto à sua possível relevância significativa para os jovens e organizará consultas específicas junto de jovens no que toca às iniciativas consideradas relevantes.

Para além de preparar para o futuro os nossos processos de tomada de decisão, esta abordagem contribuirá igualmente para a promoção de equidade intergeracional em todas as nossas políticas. Trabalharei em conjunto com o comissário responsável pela Economia e Produtividade, Simplificação e Execução para assegurar que a «avaliação da perspetiva dos jovens» é implementada utilizando plenamente os instrumentos de Legislar Melhor.

As oportunidades para participar nos programas da UE são uma das melhores formas de sublinhar o potencial da UE para os jovens. O Erasmus+ oferece oportunidades significativas, através de educação e formação, da promoção da atividade física e também de atividades de aprendizagem não formal ou informal, para que os jovens participem mais na sociedade, no mercado de trabalho e criem ligações com os seus pares de outros países. Assim, o Erasmus+ promove o desenvolvimento de competências sociais e interculturais e apoia a promoção dos valores da UE. Estou pronto a apoiar plenamente o trabalho da vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação no sentido de reforçar o Erasmus+, tal como descrito nas orientações políticas, para que as pessoas desenvolvam competências e criem experiências partilhadas e uma melhor compreensão mútua. Acredito que esta medida contribuiria também para a participação dos jovens no projeto europeu e na democracia.

A fim de alcançar o nosso objetivo de aumentar a participação democrática dos jovens, estou empenhado em articular iniciativas já existentes com novas iniciativas previstas, para que elas se reforcem mutuamente. Criei sinergias entre a «avaliação da perspetiva dos jovens», os Diálogos anuais sobre a Política de Juventude com comissários, o Diálogo da UE com a Juventude, o novo grupo de partes interessadas da juventude e o Conselho Consultivo da Presidente sobre a Juventude, que ajudarei a criar, se a minha indigitação for confirmada.

No mesmo espírito, é essencial assegurar que as ações em matéria da política de juventude da UE sejam desenvolvidas em sinergia com a Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança. Embora ambos os dossiês políticos abordem, em princípio, diferentes grupos etários, com diferentes direitos e necessidades legais, a continuidade das ações e das políticas entre ambos é crucial para atingir com êxito os objetivos da UE, designadamente no que diz respeito à equidade intergeracional.

Enquanto primeiro comissário indigitado responsável pela equidade intergeracional, atribuo especial importância a fomentar uma cultura verdadeira e duradoura de democracia participativa que se aplique a todas as idades, incluindo os cidadãos mais idosos. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com o comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito para aumentar a capacitação e representação democrática dos jovens, tendo também em conta os seus direitos eleitorais, enquanto eleitores que votam pela primeira vez. A promoção dos direitos de cidadania da UE e da participação democrática dos cidadãos é fundamental para as nossas democracias.

4. O descontentamento político, a polarização e a falta de perspetivas e de esperança no futuro dos jovens constituem alguns dos maiores desafios para a democracia e para o próprio projeto da UE. Como tenciona abordar o descontentamento político generalizado, cujo resultado pudemos comprovar recentemente nas eleições europeias? Neste contexto, de que modo tenciona abordar o impacto das redes sociais nos jovens e no seu bem-estar geral, designadamente a exposição excessiva a ecrãs, a ciberintimidação, bem como o impacto no seu entendimento e envolvimento políticos?

Ao investir nos jovens e nas gerações futuras da UE, podemos manter bases sólidas para uma Europa unida e democrática, em que os valores e princípios da UE continuem a prosperar durante as décadas vindouras. Ser jovem em 2024 acarreta um conjunto único de desafios. As recentes tendências e estatísticas relacionadas com o descontentamento político dos jovens são motivo de preocupação, pelo que é necessário empregar urgentemente um esforço contínuo e concertado para identificar e abordar as causas primárias deste problema.

O descontentamento é multifacetado e impelido por vários fatores, sendo um deles as tentativas claras de fomentar e aumentar a divisão social na Europa por parte de regimes autoritários e de intervenientes não democráticos. Estes intervenientes procuram alimentar a desconfiança e explorar o descontentamento com as instituições democráticas estabelecidas, bem como comprometer o processo democrático na UE, enfraquecendo a voz democrática dos cidadãos e da sociedade civil. Os jovens estão constantemente expostos a táticas como a desinformação. Isto acontece, nomeadamente, no mundo virtual, onde são utilizados métodos para amplificar a polarização, deixando os jovens com uma sensação de insegurança e vulnerabilidade, afetando a confiança que têm na democracia e nas instituições estabelecidas. Os jovens têm de viver o seu quotidiano num mundo em rápida mutação, no qual prevalecem a ciberintimidação e outros desafios, tanto em linha como fora de linha.

Estou plenamente empenhado em utilizar todos os instrumentos à minha disposição, incluindo o desenvolvimento de políticas centradas nos jovens e a promoção do diálogo, a fim de congregar as nossas sociedades e apoiar os jovens, tendo como base os nossos valores europeus comuns. Temos de trabalhar em conjunto para assegurar que os jovens dispõem das competências, dos conhecimentos e da confiança necessários para serem cidadãos responsáveis, empenhados e ativos.

Para ajudar os jovens a enfrentar os desafios, e com base no sólido quadro regulamentar já existente, é necessária a colaboração entre diferentes domínios políticos. A ciberintimidação é outra das grandes preocupações que afetam os nossos jovens e, se a minha indigitação for confirmada, um dos domínios em que a minha pasta se centrará é o combate aos comportamentos abusivos em linha, através da apresentação de um plano de ação contra a ciberintimidação. Será essencial adotar uma abordagem circunstanciada para enfrentar o problema de diferentes ângulos, abrangendo a prevenção de práticas nocivas em linha e contando com a participação do setor da educação, de vários intervenientes da sociedade civil e de sinalizadores de confiança ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais.

A nossa sociedade digital oferece oportunidades formidáveis, mas pode também afetar a saúde física, o bem-estar mental e a segurança das pessoas. Temos de proteger especialmente as nossas crianças e os nossos jovens, que são vulneráveis a danos causados pelas redes sociais e pela exposição excessiva a ecrãs. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com o comissário responsável pela Saúde, bem como com a comissária responsável pela Preparação para Crises e Gestão de Crises e pela Igualdade e a vice-presidente executiva responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, no inquérito a nível da UE sobre o impacto geral das redes sociais no bem-estar.

A necessidade de apoiar a participação dos jovens no processo democrático e de combater as pressões que se fazem sentir, hoje em dia, sobre os jovens contribuirá também para o trabalho liderado pelo comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito sobre o novo Escudo Europeu da Democracia. Desafios como a desinformação e a manipulação da informação por parte de agentes estrangeiros afetam os jovens de formas específicas. A capacidade das redes sociais para amplificar opiniões e movimentos tornou-as um instrumento poderoso para fomentar a participação dos jovens, mas a sua utilização exige pensamento crítico. O investimento na literacia digital e mediática será fundamental para permitir que os jovens europeus avaliem de forma crítica a informação, participem de forma segura no mundo virtual e lidem com as complexidades das redes sociais e das tecnologias. Níveis de literacia mais elevados também promoverão a sua capacidade para participarem ativamente na vida democrática e nos processos de elaboração de políticas. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com os meus colegas para integrar as considerações dos jovens nestas políticas e promover a plena concertação com a representação da juventude.

5. Qual é a sua perspetiva para a salvaguarda e a promoção das indústrias e dos setores culturais e criativos europeus, abordando, em simultâneo, as implicações específicas da inteligência artificial? Para que a Bússola Cultural seja eficaz, o que deverá englobar para garantir que a cultura e o património cultural sejam continuamente financiados e mantidos no cerne da elaboração das políticas europeias? Mais concretamente, face à pressão cada vez maior sobre o orçamento da UE, de que modo tenciona garantir que o programa Europa Criativa, o único programa europeu dedicado exclusivamente aos setores culturais e criativos, não seja reduzido no atual orçamento da UE e seja reforçado no próximo QFP?

A cultura e a diversidade do património cultural são a essência do nosso modo de vida europeu, um valioso recurso económico e o ADN da nossa sociedade. Salvaguardar e promover a diversidade e o dinamismo das indústrias e dos setores culturais e criativos exige uma abordagem abrangente que reconheça plenamente tanto o valor intrínseco da cultura como o seu papel crucial enquanto motor de coesão e desenvolvimento social e de um setor que desempenha um papel fundamental na UE em termos de inovação e competitividade. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei no sentido de maximizar a contribuição do setor cultural para a economia da UE e o bem-estar dos cidadãos.

As indústrias e os setores culturais e criativos perfazem quase 4 % do PIB da UE e disponibilizam cerca de 8 milhões de postos de trabalho. Estes setores e indústrias são também cruciais para o desenvolvimento local e regional, pois são um catalisador da regeneração urbana e da atratividade das nossas regiões. Desbloquear a competitividade das indústrias e dos setores culturais e criativos é uma parte fundamental da nossa visão para o futuro destes setores. Se a minha indigitação for confirmada, centrar-me-ei na abordagem dos principais desafios e na mobilização do potencial de inovação do setor para impulsionar a competitividade e salvaguardar o seu futuro. Por outro lado - tarefa não menos importante - darei continuidade ao trabalho destinado a apoiar as PME culturais

e criativas, ajudando-as a manter a sua competitividade, por exemplo, promovendo o apoio às empresas e as oportunidades de criação de redes.

Atualmente, as indústrias e os setores culturais e criativos da UE operam num panorama em constante mutação e enfrentam uma série de novas realidades. Esta situação cria novos desafios para estes setores, incluindo desafios relacionados com as condições de trabalho dos artistas e dos profissionais criativos, a escassez de competências, o impacto das alterações climáticas no nosso património cultural e o impacto da inteligência artificial. Para fazer face a estes desafios, as indústrias e os setores culturais e criativos precisam de apoio personalizado. A UE tomou medidas significativas para criar um quadro regulamentar sólido que apoia a economia dos criadores e a diversidade cultural, mas é necessário fazer mais. A inteligência artificial também proporciona oportunidades significativas às indústrias e aos setores culturais e criativos da Europa, como a luta contra o tráfico ilegal de bens culturais, a melhoria do acesso à cultura e a preservação do património cultural.

Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei, no quadro da regulamentação em vigor, incluindo o Regulamento da Inteligência Artificial, com a vice-presidente executiva responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia para criar uma estratégia europeia para a inteligência artificial para as indústrias e os setores culturais e criativos. Esta estratégia terá o objetivo de assegurar que a inteligência artificial favorece e reforça a criatividade humana, em vez de substituir os humanos, e que salvaguarda a diversidade cultural e linguística, ajudando-nos simultaneamente a manter a competitividade no mercado mundial.

A prosperidade das indústrias e dos setores culturais e criativos, bem como das PME culturais e criativas, está dependente de as pessoas adquirirem as competências de que necessitam para que as indústrias se mantenham competitivas. Incluem-se aqui as competências digitais, em especial em tecnologias avançadas, e as competências empresariais, nomeadamente os conhecimentos em matéria de propriedade intelectual. É por este motivo que trabalharei em estreita colaboração com a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação para aumentar os atuais esforços no âmbito da parceria em grande escala do Pacto para as Competências nas indústrias e nos setores culturais e criativos e para promover a sensibilização e a proteção da propriedade intelectual.

Uma abordagem global à cultura requer a colaboração de todos os serviços da Comissão e uma visão partilhada por todas as partes interessadas. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei no sentido de desenvolver uma nova Bússola Cultural para a UE, que sirva como um quadro estratégico abrangente para orientar e aproveitar as múltiplas dimensões da cultura. Em consonância com as orientações políticas, a nova Bússola Cultural melhorará a coerência e a visibilidade da ação da UE em prol da diversidade cultural da Europa e do seu património cultural rico, para benefício de todos os europeus. Centrar-me-ei na maximização das sinergias entre as políticas da UE, tanto para a dimensão interna como a externa, e para as indústrias e os setores culturais e criativos. As ligações entre a cultura e a saúde podem ser reforçadas com base em dados e recomendações da ação preparatória da UE CultureForHealth. Nas regiões da Europa, ações direcionadas apoiam a cultura, o que é essencial para o desenvolvimento sustentável, para atrair jovens e para a luta contra o declínio demográfico. Um melhor alinhamento dos múltiplos instrumentos de política cultural contribuirá para sustentar e enriquecer a cultura e o património cultural da Europa para as gerações futuras. Esta abordagem deve também contribuir para a perceção da importância para a cultura de muitas outras políticas da UE, como o desenvolvimento regional e a inovação.

No que diz respeito ao financiamento e ao investimento públicos, a primeira prioridade será assegurar a utilização dos recursos disponíveis através do NextGenerationEU e dos programas no orçamento atual, no qual, para além do programa Europa Criativa, o apoio à cultura enquanto domínio político horizontal se reflete em cerca de 20 outros instrumentos de financiamento da UE. Temos pela frente o projeto do futuro quadro financeiro plurianual e dos seus instrumentos. A nossa reflexão deve começar com «o que devemos financiar» para depois ver «como» podemos concretizar os nossos objetivos e maximizar os resultados na prática. Assim conseguiremos tornar o nosso financiamento mais impactante. O que é certo é que precisamos de uma abordagem mais estratégica à cultura, que desencadeie uma interação dinâmica entre a vitalidade comercial e social das indústrias culturais e criativas. Trabalharei no sentido de identificar as melhores formas de alcançar este objetivo e de participar no trabalho da Comissão no seu todo, a fim de criar o melhor pacote possível para a próxima proposta do quadro financeiro plurianual.

6. Como tenciona preservar a diversidade cultural e linguística, a liberdade artística, reforçar a colaboração cultural, o acesso do público à cultura, promover o papel da cultura como meio de inclusão, assegurar a proeminência dos conteúdos criativos europeus em linha e contribuir para a melhoria da situação profissional e social dos artistas e outros profissionais dos setores culturais e criativos? Além disso, de que forma tenciona promover as obras europeias a nível internacional e melhorar as relações culturais internacionais?

A diversidade cultural e linguística é um valor fundamental que está no âmago da UE. As numerosas iniciativas da UE para promover e salvaguardar a diversidade cultural incluem medidas regulamentares, apoio através de programas de financiamento e iniciativas emblemáticas como o espaço europeu de dados para o património cultural ou a plataforma colaborativa europeia na nuvem em prol do património cultural. A UE é parte por direito próprio na Convenção da UNESCO de 2005 sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Se a minha indigitação for confirmada, desenvolverei ainda mais estas iniciativas para continuar a promover a diversidade cultural como elemento central do meu mandato.

A Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual, enquanto principal componente da regulamentação da UE relativa aos meios de comunicação social, contém normas que visam promover a diversidade cultural, assegurando a presença e a proeminência dos conteúdos criativos europeus nos serviços de transmissão em contínuo e incentivando o investimento nestes conteúdos. Esta diretiva reconhece igualmente a possibilidade de os Estados-Membros tomarem medidas para assegurar a proeminência dos serviços de comunicação social audiovisual que sejam de interesse geral, a fim de promover o pluralismo dos meios de comunicação social, a liberdade de expressão e a diversidade cultural. O estudo em curso sobre a visibilidade dos conteúdos criativos europeus em linha ajudará a identificar desafios e soluções inovadoras para garantir que a diversidade cultural e linguística europeia também é salvaguardada no mundo digital. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei no sentido de tirar o melhor partido destas normas, aplicá-las plenamente e encontrar outras oportunidades de melhoria.

A liberdade de expressão artística é essencial para as sociedades democráticas e para a diversidade cultural. Para construirmos um espaço cultural europeu comum, é fundamental proteger esta liberdade contra as interferências políticas e a censura. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei com o comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito a fim de incitar o Parlamento Europeu, os Estados-Membros e a sociedade civil a juntarem-se num esforço comum para defender a liberdade dos artistas. Todos os instrumentos disponíveis devem ser utilizados para apoiar esta prioridade importante, incluindo a mobilização dos nossos programas de financiamento, como é atualmente o caso do programa Europa Criativa, que financia projetos de cooperação cultural e redes culturais.

Salvaguardar a diversidade cultural e o processo criativo significa também criar um ambiente propício para os profissionais da cultura. Partilho das preocupações relativas às condições de trabalho dos artistas e outros profissionais dos setores culturais e criativos. Estou plenamente empenhado em dar seguimento ao trabalho iniciado pela anterior Comissão em resposta ao relatório de iniciativa legislativa do Parlamento Europeu com o intuito de melhorar a situação social e profissional dos artistas e outros profissionais dos setores culturais e criativos. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita cooperação com os comissários titulares de pastas pertinentes, a fim de determinar o âmbito de ações adicionais da UE neste setor. Trabalharei também em estreita colaboração com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros, os parceiros sociais e as partes interessadas a fim de assegurar o desenvolvimento desta questão tão importante. Como primeiro passo, se a minha indigitação for confirmada, organizarei uma mesa-redonda de alto nível com as partes interessadas pertinentes para que continuemos a planear em conjunto os passos seguintes nesta matéria.

A cultura e o património unem as pessoas e promovem um sentimento de pertença. No entanto, o acesso aos mesmos é desigual, sendo que muitas pessoas enfrentam obstáculos devido ao seu estatuto socioeconómico, a deficiências, à localização geográfica e a outros fatores. A participação cultural reforça a democracia e cria cidadãos mais empenhados de forma ativa. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros e outros parceiros e partes interessadas relevantes para tornar as experiências culturais e o património cultural mais acessíveis e inclusivos, especialmente para os jovens.

Numa altura em que os nossos valores e a nossa segurança estão a ser postos em causa pelo aumento das instabilidades geopolíticas, a cultura pode, e deve, desempenhar um papel mais importante a nível mundial. A cultura ajuda a construir parcerias em condições de igualdade, a promover valores e a apoiar a paz, a segurança e o crescimento sustentável. Salvaguardar o património cultural, especialmente em regiões politicamente frágeis, é o nosso dever e responsabilidade comum. Se a minha indigitação for confirmada, esta será uma das minhas prioridades. No âmbito do nosso apoio global à Ucrânia, é particularmente importante para mim trabalhar na proteção do património cultural rico e único que a Ucrânia alberga.

Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com a alta representante responsável pela Política Externa e Política de Segurança e vice-presidente da Comissão e com outros comissários responsáveis, a fim de aproveitar o poder da cultura na ação externa da UE. A UE está empenhada em reforçar a

dimensão cultural do desenvolvimento sustentável. Se a minha indigitação for confirmada, apoiarei os esforços internacionais para reforçar o papel da cultura no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para além de 2030. Desenvolver relações culturais internacionais e promover obras europeias no estrangeiro uma estreita cooperação com os Estados-Membros, os institutos culturais nacionais e a sua rede europeia, a nossa rede de delegações da UE e outras partes interessadas do setor da cultura, incluindo as redes e plataformas apoiadas pelo programa Europa Criativa. Centrar-me-ei igualmente no contínuo reforço de capacidades, no aumento de oportunidades de criação de redes e na divulgação das melhores práticas entre os membros da rede Europa Criativa.

7. De que modo tentará assegurar o reforço do modelo desportivo europeu assente em valores, na solidariedade e na inclusividade e promover o desporto como um meio para melhorar o bem-estar físico e mental para todos, em todas as gerações, contribuindo simultaneamente para sociedades coesas? Ademais, de que forma irá trabalhar em conjunto com os outros membros do Colégio e as DG para criar fortes sinergias entre a política desportiva e a política educativa e reforçar a diplomacia desportiva europeia?

O desporto é cada vez mais reconhecido como um bem público e um valioso trunfo europeu, do ponto de vista económico, social, político e cultural. Deste modo, cria-se a oportunidade para uma ação política mais assertiva a nível europeu, que ajude a promover e proteger o nosso modelo desportivo europeu.

Este modelo foi recentemente posto em causa de várias formas, desde o impacto da pandemia de COVID-19 ao enorme investimento estatal estrangeiro no desporto europeu, bem como as importantes questões de governação, bem-estar e sustentabilidade financeira no desporto. Existem também acórdãos do Tribunal de Justiça Europeu com grande visibilidade, que podem ter um impacto real na forma como o desporto é organizado na Europa.

Reforçar o modelo desportivo europeu com base na solidariedade, nos valores e na competitividade será uma das minhas principais prioridades, se a minha indigitação for confirmada. Trabalharei em cooperação estreita e contínua com os intervenientes relevantes para conservar as principais características deste modelo, incluindo a autonomia e a boa governação do desporto, a abertura das competições, o valor do mérito, a solidariedade, a interdependência entre o desporto de elite e o desporto de base, bem como o papel dos voluntários.

Temos de continuar a trabalhar no reforço do modelo desportivo europeu. Este modelo enfrenta alguns desafios de longa data, como a sub-representação persistente das mulheres no desporto e, em especial, na governação do desporto, bem como o discurso de ódio, os abusos e a discriminação, ou os casos de corrupção e dopagem. Os desafios do desporto europeu são grandes, razão pela qual é necessária uma nova e ambiciosa estratégia para o futuro do modelo desportivo europeu. Se a minha indigitação for confirmada, participarei num diálogo com o Parlamento Europeu, o amplo espectro do movimento desportivo e os Estados-Membros, a fim de garantir que os pontos de vista de todas as partes interessadas são tidos em conta na resposta a estes desafios. No pleno respeito da autonomia das organizações desportivas, explorarei e facilitarei soluções conjuntas.

Investir no desporto é também um investimento na saúde pública. O estudo «StepUp!» da OMS e da OCDE de 2023 concluiu que, se os países da UE combatessem a inatividade física em toda a população, poupariam, em média, 0,6 % do seu orçamento para os cuidados de saúde e poderiam ser evitadas mais de 10 000 mortes prematuras por ano. Estima-se que, por cada euro investido no aumento da atividade física, haja um retorno de 1,7 EUR em benefícios económicos. Além disso, o desporto tem um valor social significativo. O seu valor imaterial é inegável em termos de desenvolvimento de comunidades, promoção da inclusão e das competências sociais. O desporto é um motor de mudança social, reforçando e construindo comunidades coesas e valores partilhados. Desempenha também um papel vital na promoção do bem-estar físico e mental em todas as gerações, fomentando estilos de vida mais saudáveis e reforçando simultaneamente o tecido das nossas sociedades. Se a minha indigitação for confirmada, darei prioridade à participação desportiva de todos, prestando especial atenção às pessoas com menos oportunidades. Inspirado pela minha participação na campanha #BeActive no início deste ano, a minha ambição é promover ainda mais a Semana Europeia do Desporto e a campanha #BeActive, tirando pleno partido das oportunidades oferecidas pelo programa Erasmus+ para apoiar a comunidade desportiva de base. Gostaria imenso de colaborar com o Parlamento Europeu, nestas e noutras iniciativas, para promover a participação desportiva para todos.

Gostaria de explorar uma possível atualização da Recomendação do Conselho relativa à promoção intersetorial das atividades físicas benéficas para a saúde, salientando, nomeadamente, a importância do acesso ao desporto e à atividade física para todos, independentemente da sua idade, origem ou capacidade, e o papel que a atividade física pode desempenhar na promoção da saúde mental e na criação de comunidades coesas.

Estou igualmente empenhado em promover as sinergias entre a política desportiva e a política educativa. O desporto é um excelente meio, especialmente para os jovens, para adquirir competências transferíveis, sociais e pessoais. Pode contribuir para preparar as pessoas para o êxito, tanto na sua vida pessoal como profissional. Tendo estado ativamente envolvido num clube de futebol local, testemunhei em primeira mão que, através do desporto, as crianças e os jovens podem aprender sobre a importância do desportivismo, da liderança e do trabalho em equipa. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei com a vice-presidente executiva da Comissão Europeia responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação para reforçar o apoio aos Estados-Membros a fim de garantir que os nossos jovens têm acesso a uma educação física de elevada qualidade e a oportunidades desportivas que apoiem o seu desenvolvimento e bem-estar global.

Através do desporto e dos seus princípios de respeito e desportivismo, as pessoas ficam unidas sem olhar a fronteiras, e as divisões sociais, culturais e económicas podem ser colmatadas. Ao mesmo tempo, o desporto tem uma dimensão política inegável e é frequentemente utilizado como instrumento de poder persuasivo. Fiquei impressionado com o poder dos recentes Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris de 2024, que conseguiram apresentar uma amostra do modo de vida europeu e dos nossos valores comuns de tolerância, igualdade, respeito e solidariedade, bem como de equidade e unidade.

A fim de salvaguardar o legado de Paris 2024 e assegurar que os grandes eventos desportivos são fundamentais para difundir valores positivos e promover a paz, a liberdade e os direitos humanos a nível mundial, defenderei um Diálogo sobre Diplomacia Desportiva com a comunidade desportiva internacional e europeia. Dada a natureza transversal deste trabalho, entrarei em contacto com outros membros do colégio e de serviços da Comissão, bem como a AR/VP. Tal como dentro de campo, somos mais fortes quando jogamos juntos.

Perguntas da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

8. Na sua carta de missão, está incumbido da elaboração de uma estratégia de equidade intergeracional e da aplicação da avaliação da perspetiva dos jovens. No entanto, uma abordagem intergeracional deve ser holística e centrar-se em todas as gerações. Que ações e medidas tenciona propor para garantir a inclusão social de todas as gerações e a sua plena participação na sociedade e na economia? Que iniciativas legislativas relativas à juventude e à equidade intergeracional está a contemplar e de que modo irá cooperar com a vice-presidente executiva indigitada Roxana Mînzatu neste contexto?

Orgulho-me de ter sido designado pela presidente para a posição de primeiro comissário para a equidade intergeracional. Estou empenhado numa abordagem estratégica que responda de forma abrangente às necessidades e aspirações de todas as gerações, assente no nosso passado e preparando-nos para o futuro. Temos de procurar equilibrar as necessidades e os desafios das diferentes gerações, o que é essencial para a coesão social e o bem-estar de todos os grupos etários. Um Eurobarómetro de 2022 apontou para uma conclusão interessante: os cidadãos tendem a manifestar níveis mais elevados de satisfação com a vida em países com menos desigualdades relacionadas com a idade. Por conseguinte, este é um fator determinante para o nosso bem-estar social.

Se a minha indigitação for confirmada, apoiarei a integração transversal da prospetiva estratégica em toda a Comissão para fundamentar a elaboração de políticas e o planeamento estratégico, a fim de permitir à UE cumprir os seus objetivos estratégicos e reforçar a nossa preparação para enfrentar melhor os riscos e aproveitar as oportunidades que possam surgir para as gerações futuras. Tal inclui a equidade intergeracional, para a qual fui incumbido de preparar uma estratégia que defina a forma como podemos reforçar a comunicação entre gerações e assegurar que os interesses das gerações atuais e futuras são respeitados em todo o nosso processo político e legislativo. As minhas prioridades incluirão a promoção da aprendizagem intergeracional, o incentivo a uma força de trabalho multigeracional e o apoio aos cuidados de proximidade e à coabitação intergeracional, a fim de reforçar a solidariedade e de reter o capital humano, atenuando simultaneamente os desafios demográficos.

A solidariedade entre gerações está consagrada nos Tratados e a plena participação de todas as gerações na sociedade, na democracia e na economia é fundamental. Os domínios políticos afetados vão desde a educação e a juventude até à política climática, a saúde e o bem-estar, passando pela igualdade, o emprego e os assuntos sociais, a política orçamental ou a habitação, a segurança e a defesa, entre outros. Se a minha indigitação for confirmada, integrarei também a dimensão de equidade intergeracional nos outros domínios específicos que serão da minha responsabilidade. A «avaliação da perspetiva dos jovens» ajudará a preparar as nossas políticas para o futuro e apoiará a equidade intergeracional.

Considero que, num esforço para promover a equidade intergeracional, deve ser dada prioridade ao apoio aos Estados-Membros na execução de reformas que abranjam todo o ciclo de vida: facilitar vidas saudáveis e laborais

mais longas, colmatar as lacunas no acesso à proteção social para as pessoas em empregos atípicos e trabalhadores por conta própria, extinguir as disparidades de género em todas as idades e reforçar as competências e a participação dos jovens e das pessoas mais velhas no mercado de trabalho. Além disso, precisamos de empregar mais esforços para combater a pobreza em todas as idades e facilitar o acesso a bens e serviços a preços acessíveis, incluindo a energia e os transportes, bem como o acesso a habitação a preços acessíveis.

Se a minha indigitação for confirmada, utilizarei a prospetiva estratégica para apoiar o trabalho de desenvolvimento de políticas de todos os membros do colégio, nomeadamente a vice-presidente executiva responsável pelas Pessoas, Competências e Preparação. Um mandato de cinco anos dá uma oportunidade poderosa à Comissão para reforçar a nossa sensibilização e aprofundar a nossa compreensão do mundo que temos pela frente, a fim de ficarmos mais bem preparados e de reforçar a sustentabilidade das nossas políticas. Isto contribui diretamente para a equidade intergeracional, como parte da nossa missão global de construir uma sociedade próspera, diversificada e equitativa.

Pergunta da Comissão dos Assuntos Jurídicos

9. Pilares da Estratégia sobre os Direitos da Criança – Justiça adaptada às crianças nos domínios do direito civil e direito da família e melhoria da legislação

Tal como consagrado na sua carta de missão, será responsável pela execução da Estratégia da UE sobre os direitos da criança de 2021, a prosseguir na atual legislatura. Dois dos principais pilares da Estratégia da UE são a justiça adaptada às crianças e a participação das crianças na vida política e democrática, sendo a Comissão JURI responsável, nomeadamente, pelo direito civil e direito da família, bem como pela melhoria da legislação e pela avaliação do impacto da legislação da UE. Pode esclarecer de que modo irá colaborar, na prática, com os comissários responsáveis por dossiês em curso e futuros nesses domínios e se apoiará a existência da Plataforma Europeia para a Participação das Crianças, que servirá de instrumento de consulta para as futuras propostas que influenciam a vida e o bem-estar da geração mais jovem da UE?

A Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança é a nossa bússola para promover e proteger os direitos das crianças em toda a UE. A justiça adaptada às crianças é um dos domínios temáticos da estratégia e será objeto dos nossos maiores esforços para garantir que as crianças têm a melhor experiência possível quando entram em contacto com o sistema judicial. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em conjunto com os membros do colégio responsáveis a fim de assegurar a aplicação prática do acervo da UE em matéria de direito civil, penal e administrativo (por exemplo, nos procedimentos de migração), de modo a que as crianças sejam protegidas em processos judiciais.

No domínio do direito civil e da família e, em especial, no contexto da justiça adaptada às crianças, o meu principal objetivo será assegurar a igualdade de tratamento para todas as crianças em situações transfronteiriças, garantindo que todas as ações são baseadas no interesse superior da criança. Constato que as atenções estão viradas para a intensificação do controlo da aplicação correta pelos Estados-Membros dos instrumentos existentes em matéria de direito da família, como o Regulamento Bruxelas II-B, e para a facilitação da adoção do regulamento relativo ao reconhecimento da filiação. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com o comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito, que tem a seu cargo as questões do direito civil e da família, para dar seguimento a estas questões prioritárias.

Em conformidade com as orientações políticas, estou empenhado em garantir que as crianças e os jovens possam dar a sua opinião para ajudar a moldar o futuro. A participação na vida política e democrática é outro domínio temático da Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança. A Plataforma Europeia para a Participação das Crianças é uma forma inovadora de promover a participação das crianças a todos os níveis — UE, nacional e local — e proporciona um espaço seguro para manter um diálogo construtivo com os jovens cidadãos da UE, envolvendo-os nas decisões tomadas a nível da UE. Se a minha indigitação for confirmada, irei garantir que as ações em matéria da participação das crianças e dos jovens são desenvolvidas em sinergia, incluindo com iniciativas mais vastas, como o Escudo Europeu da Democracia.

Perguntas da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

10. A sua missão centra-se na execução da Estratégia da UE sobre os direitos da criança de 2021, bem como na adoção de iniciativas que garantam que os jovens possam ajudar a moldar o futuro da União. Que medidas específicas tenciona adotar para reforçar a participação das crianças e dos jovens no processo decisório e, sobretudo, para o harmonizar em toda a União? Pondera a criação de um mecanismo de acompanhamento de

processos participativos para as crianças e os jovens, que garanta que os processos de consulta das crianças e dos jovens sejam produtivos? Poderia aprofundar o conceito de «avaliação da perspetiva dos jovens» e a estrutura dos «Diálogos sobre a Política de Juventude»? Que intervenientes participarão neles? Que domínios/temas visará? A sua missão parece não fazer referência a iniciativas relativas às crianças na era digital. Pondera tomar iniciativas concretas sobre esta matéria?

Por exemplo, qual é a sua estratégia para reduzir a ciberintimidação? Considera que as campanhas de informação, a educação e a literacia mediática são instrumentos eficazes para combater a exposição excessiva a ecrãs e os efeitos adversos das redes sociais nos jovens? Quais seriam os resultados ideais de um inquérito da UE sobre o impacto geral das redes sociais? Prevê resultados diferentes em relação a estudos anteriores? Adicionalmente, que medidas está disposto a adotar para garantir a proteção das crianças vítimas de ciberintimidação no contexto da execução da Estratégia da UE sobre os direitos da criança?

A Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança serve de quadro geral, ao abrigo do qual as ações podem ser adaptadas para enfrentar os desafios emergentes, tal como identificado nas orientações políticas e na minha carta de missão. Se a minha indigitação for confirmada, trabalharei em estreita colaboração com outros membros do colégio para assegurar, em sinergia com todas as políticas da UE pertinentes, que a legislação e os programas de financiamento dão resposta às necessidades prementes das crianças. As crianças têm o direito de participar na vida política e democrática. Este é um dos principais domínios abrangidos pela estratégia da UE. As crianças que compreendem a importância da cidadania ativa tornam-se jovens cidadãos ativos. Tal como explicado na minha resposta à nona pergunta, a Plataforma Europeia para a Participação das Crianças é um instrumento fundamental para, em cooperação com o Parlamento Europeu, continuar a envolver as crianças nas decisões tomadas a nível da UE. Se a minha indigitação for confirmada, a minha intenção é assegurar que a plataforma fomenta a participação dos cidadãos mais jovens para ajudar a moldar o seu futuro, num processo contínuo com ações de participação dos jovens. Uma vez que a Comissão está a envolver cada vez mais crianças nas suas atividades, considero que é fundamental aplicar quadros de proteção das crianças nestas ações, e trabalharei nesse sentido.

A «avaliação da perspetiva dos jovens» será um dos principais instrumentos para continuar a trabalhar no sentido de incentivar ainda mais os jovens europeus a tornarem-se agentes de mudança. Se a minha indigitação for confirmada, assegurarei, através da aplicação da «avaliação da perspetiva dos jovens», que as vozes dos jovens são tidas em conta de forma sistemática em todos os domínios políticos. Como também explicado na minha resposta à terceira pergunta, com a «avaliação da perspetiva dos jovens», a Comissão examinará todas as iniciativas do programa de trabalho anual quanto à sua possível relevância significativa para os jovens e organizará consultas específicas junto de jovens relativamente às iniciativas consideradas relevantes.

Precisamos de uma abordagem comum em vários domínios políticos para dar resposta às preocupações dos jovens, como a saúde mental e o bem-estar, a habitação, o impacto das alterações climáticas, o desenvolvimento de competências, as redes sociais, entre outros. A fim de assegurar que os jovens de diferentes origens tenham a oportunidade de partilhar as suas opiniões, expressar as suas ideias e participar em debates construtivos, apoiarei a organização dos Diálogos anuais sobre a Política de Juventude, começando já nos primeiros 100 dias do mandato. Contribuirei igualmente para a criação do Conselho Consultivo da Presidente sobre a Juventude, que aconselhará sobre questões importantes para os jovens e servirá de painel de consulta para as ideias desenvolvidas pela Comissão.

Tal como salientado nas orientações políticas, um dos nossos maiores desafios nesta década é proteger a saúde mental das nossas crianças e dos nossos jovens, especialmente no mundo virtual. Não há espaço para violência, ódio, abuso ou intimidação, tanto em linha como fora de linha, pelo que temos de abordar os novos desafios dos mundos virtuais, da inteligência artificial e do excesso de exposição digital. Devemos colocar isto no cerne do nosso trabalho em matéria de ciberintimidação, em conjunto com os Estados-Membros. Em primeiro lugar, este trabalho começa com a prevenção, a sensibilização, a luta contra a discriminação, contra os comportamentos abusivos e tóxicos, contra a radicalização e contra o discurso de ódio em linha, a fim de garantir que as crianças podem prosperar num clima de bem-estar mais seguro na escola, com os seus amigos e em casa. Em segundo lugar, as crianças devem saber como denunciar a intimidação e devem receber apoio rápido e abrangente quando o fazem. Em terceiro lugar, é fundamental que as autoridades competentes dos Estados-Membros atuem contra os autores das ofensas para inverter comportamentos abusivos e tóxicos.

A proteção dos direitos das crianças tem uma forte dimensão digital. O Regulamento da Inteligência Artificial visa encontrar um equilíbrio entre a inovação e a proteção dos direitos fundamentais, incluindo os direitos da criança. A iniciativa sobre os mundos virtuais assegurará que os metaversos refletem os valores e os direitos fundamentais da UE, incluindo os direitos da criança. Outra iniciativa essencial para melhorar a proteção das crianças em linha

será o Regulamento da Justiça Digital, que o comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito está incumbido de desenvolver. Se a minha indignação for confirmada, apoiarei o trabalho nesse âmbito.

A diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, adotada em maio de 2024, requer, pela primeira vez, a criminalização de determinadas formas de ciberviolência contra as mulheres e raparigas nos Estados-Membros. Os novos crimes abrangem a partilha não consensual de imagens íntimas e o ciberassédio, crimes estes que afetam atualmente muitos jovens. Se a minha indignação for confirmada, apoiarei a comissária responsável pela Igualdade na aplicação das novas regras, prestando especial atenção aos procedimentos de denúncia de incidentes adaptados às crianças, bem como às medidas de apoio para famílias e escolas. Cooperarei igualmente com o comissário responsável pela Administração Interna e Migração no âmbito do seu trabalho que visa proteger melhor as crianças contra os abusos sexuais em linha e fora de linha, e com o comissário responsável pela Democracia, Justiça e Estado de Direito, a fim de garantir que dispomos de sistemas judiciais adaptados às crianças, quer estas sejam vítimas quer autoras de crimes.

Nas orientações políticas, assume-se o compromisso de criar um inquérito sobre o impacto geral das redes sociais e, se a minha indignação for confirmada, contribuirei com um foco especial no impacto nos jovens das redes sociais e da exposição excessiva a ecrãs. Este inquérito ajudar-nos-á a monitorizar o progresso relativamente a avaliações anteriores e a identificar os desafios que subsistem, por exemplo, em torno de práticas comerciais nocivas, agressivas ou geradoras de dependência por parte de empresas, bem como do estado de saúde dos jovens, à medida que a nossa literacia e resiliência aumentam no que diz respeito à esfera digital. Tal como estabelecido na carta de missão do comissário responsável pela Saúde, o inquérito deve fazer parte de um debate baseado em dados concretos. Acredito plenamente que precisamos de um plano abrangente para salvaguardar o bem-estar mental e emocional dos jovens, com ações para os decisores políticos, os governos, as escolas, as famílias, entre outros, trabalhando todos em conjunto para atenuar os riscos em linha.

Se a minha indignação for confirmada, liderarei os trabalhos relativos ao plano de ação contra a ciberintimidação, com base na parte digital da Estratégia da UE sobre os Direitos da Criança. Para desenvolver soluções eficazes, aproveitarei a Estratégia para uma Internet Melhor para as Crianças (BIK+) da Comissão, tirando partido da vasta experiência e conhecimentos especializados da rede de Centros Internet Segura, que a UE cofinancia. Estes centros desempenham um papel crucial na luta contra a ciberintimidação, aumentando a sensibilização, disponibilizando recursos e ferramentas aos jovens, pais e educadores e incentivando a comunicação de incidentes e a procura de apoio entre os jovens utilizadores e as suas famílias. Incentivarei os Estados-Membros a nomearem sinalizadores de confiança, ao abrigo do Regulamento dos Serviços Digitais, que tenham conhecimentos especializados comprovados em matéria de proteção de menores, incluindo ciberintimidação. Considero igualmente necessário refletir sobre os potenciais benefícios de um quadro comum da UE para combater a ciberintimidação e do estabelecimento de uma definição comum para este comportamento.

Uma vez que a luta contra a ciberintimidação assenta numa abordagem que envolve toda a sociedade, o plano de ação apoiar-se-ia fortemente nos trabalhos realizados no âmbito de outras pastas, a fim de abranger questões como a educação, a sociedade digital, o combate ao discurso de ódio e a segurança, bem como as dimensões da igualdade e da saúde.